

## ELIMINAÇÃO OU SALVAÇÃO: APONTAMENTOS A RESPEITO DOS *ENSAIOS SOBRE POPULAÇÃO* DE THOMAS MALTHUS

ELIMINATION OR SALVATION: NOTES REGARDING THOMAS MALTHUS'S *ESSAYS  
ON POPULATION*

Gustavo Romero<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo discute os preconceitos gerais envolvidos na leitura do princípio malthusiano como um argumento em favor da eliminação do mais fraco. Argumenta-se que os mal-entendidos em torno dessa ideia atribuem uma postura univocamente pessimista a Malthus, seja negligenciando tanto seu credo religioso na infinita bondade da Deidade e na salvação irrestrita da humanidade, seja negligenciando sua crença no desenvolvimento mental enquanto analogia do trabalho divino na Terra. Conclui-se que a leitura atenta desses dois componentes permite interpretar o princípio malthusiano da população como um princípio de desacordo, e não defesa, do sofrimento perpétuo humano, e como indução à melhoria individual e ao progresso social em geral.

*Palavras-chave: teodiceia, mente, progresso, sociedade.*

### Abstract

This article discusses the prejudices in general readings of Malthusian principle as a plea for elimination. It is argued that the misunderstandings around this idea assign a univocally pessimist stance to Malthus, either neglecting his religious faith in the infinite Deity's goodness and the overall salvation of humankind, either neglecting his important belief in mind improvement as the worldly work of Deity. It is concluded that an attentive reading of these two components allow the Malthusian principle to be interpreted as a principle of disagreement, but not of defence, to human perpetual distress, and as an induction to individual improvement and overall social progress.

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE – UNICAMP). Professor e coordenador dos cursos de ciências econômicas e comércio exterior do Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3852240305646541> E-mail: [gustavoromero.academia@gmail.com](mailto:gustavoromero.academia@gmail.com)

*Keywords: theodicy, mind, progress, society.*

## Introdução

Um dos maiores inimigos do saber e fazer científico é o uso de rótulos, representação típica de atribuições apressadas a conteúdos difusos. Que a assembleia é fundamental à prática científica, disso não se discorda. Isso, contudo, não se confunde com um mal-entendido. Como aponta Gianetti da Fonseca, atribuições apressadas a conteúdos difusos contribuem para a formação de mal-entendidos, cuja orientação não é pelo desenvolver científico, mas pelo anulamento das ideias contrárias ou, o que é ainda pior, pela *acrasia teórica*, “distorção positiva do argumento ou conjectura ameaçadora” pela atribuição de valor *ad hoc* a certo conjunto de ideias proferidas por outrem, no claro intuito de “avançar por entre as linhas o inimigo e desfigurar seu pensamento transformando-o em adversário conveniente, mais controlável” (Fonseca, 2003, p. 197). Não por acaso, um dos episódios de *acrasia* documentados por Fonseca (2003, p. 203-213) é o mal-entendido sobre Thomas Malthus no campo da economia política.

Desde o verbete de Malthus na Enciclopedia Britannica, que caracteriza Malthus como um “economista pessimista [que] vê a pobreza como destino inescapável da humanidade” (MacRae, 2023), até a peremptória afirmação de Jonh M. Keynes sobre o quão “mais sábio e rico lugar seria o mundo hoje” se Malthus, e não David Ricardo, fosse o “pai” dos economistas do século XIX (Keynes, 1978, p. 100-101), as ideias malthusianas forneceram material para muitos mal-entendidos. Some-se a isso a fervorosa oposição de Malthus às *Poor Laws* britânicas e a relação que Charles Darwin estabeleceu, em sua autobiografia, entre a leitura dos *Ensaio sobre a população* no ano de 1838 e a elaboração definitiva de sua ideia de “luta pela sobrevivência” (DARWIN, 1876, p. 120), e temos a combinação irresistível entre pessimismo e escassez. Malthus ingressa nos anais da história como promotor da “ciência lúgubre” (*dismal science*) da economia política e seu princípio da população como sinônimo de seleção e eliminação dos mais fracos.

Peter Bowler foi um dos autores a argumentar abertamente contra a vinculação entre seleção e eliminação. Segundo seu entendimento, a ideia de luta pela sobrevivência é ambígua em função do significado incompleto da palavra “luta”, que pode indicar tanto a competição *intraespécie* (tipo de luta “a”) por condições mais favoráveis de alimentação e reprodução, quanto a competição *interespecie* contra as condições mais ou menos favoráveis do ambiente (tipo de luta “b”). Malthus estaria ciente de que o tipo de luta “a” é potencializado pela sobrepopulação, mas também de que que essa condição seria particularmente relevante a sociedades que ele considerou “primitivas”. A distinção entre estágios de desenvolvimento social foi uma premissa metodológica largamente utilizada por autores europeus das mais variadas áreas de investigação. O que permite diferenciá-los é a forma específica como cada um compreendeu a transição entre

esses estágios, ou qual o dispositivo motriz para que uma sociedade esteja em condições consideradas superiores a outra. Uma leitura superficial da obra de Malthus sugere sua adesão estrita à perspectiva “a” de luta e, conseqüentemente, que uma sociedade seria mais avançada que outra na medida que pudesse suprir mais ou menos materialmente sua população. Contudo, uma leitura mais cuidadosa indica uma apropriação indireta e que Malthus tenta investigar “qualquer traço da luta ‘a’ considerada como consequência da luta ‘b’” (Bowler, p. 633).

A clivagem entre significados do conceito de luta permite uma apreciação crítica da obra malthusiana, não como denúncia das condições de eliminação da espécie humana, mas como um esforço de compreender as condições mais propícias ao desenvolvimento da *mente* humana. Ao interpretar o conceito de luta como um complexo de interações entre indivíduos e ambiente, é possível vislumbrar que competição não implica simples exercício de violência (seja pela luta letal direta entre indivíduos ou contra a irascibilidade da natureza), mas como um todo desafiador que apresenta condições diversificadas para o desenvolvimento de adaptações mais favoráveis ao desenvolvimento do caráter humano. Este artigo se propõe a uma análise detida das diversas versões dos *Ensaio* e, sem querer atuar politicamente em defesa de Malthus, extraí-lo do lugar comum pessimista a que se viu submetido como simples economista e situá-lo como teórico fundamental na tensa trajetória moderna de compreensão do Ser humano.

### **Mente, espora moral e Salvação.**

Correspondente à disseminada vinculação entre Malthus, demanda efetiva e heterodoxia econômica, há uma quase completa negligência pela sua heterodoxia religiosa. Por esse motivo omitiremos deliberadamente as referências aos *Princípios de Economia Política*, publicados por Malthus em 1820. Ao investigar as prerrogativas do autor que antecedem qualquer posicionamento específico sobre economia, evitamos, incidentalmente, fomentar uma discussão que nos parece descuidada e que desvia a atenção da complexidade própria à tecitura do *Ensaio sobre a população*. Importante lembrar que, publicado anonimamente em 1798, o *Ensaio* passou por substancial revisão e foi republicado – dessa vez com autoria identificada – em 1803, recebendo ainda sucessivas revisões, em 1806, 1807, 1817 e 1826.

O princípio da população é desenvolvido na edição de 1798 (daqui em diante, *Primeiro Ensaio*) por meio de dois postulados elementares (MALTHUS, 1966, p. 11): (a) “que o alimento é necessário à existência do homem” e (b) “que a paixão entre os sexos é necessária”. O primeiro postulado pode parecer mero truísmo, mas coloca duas questões de suma importância. Em primeiro lugar, porque vincula a condição existencial elementar do ser humano (fome) aos limites da natureza, reflexão um tanto inusitada para uma época em que o progresso técnico se tornou equivalente ao próprio conceito de progresso. Em segundo lugar, é importante porque indica uma

hierarquia – o primeiro antecede logicamente o segundo postulado. É lógico porque um ser humano morto não pode se reproduzir, mas não apenas por isso. A reprodução, segundo Malthus, opera “de acordo com leis fixas” (Ibid., p. 12). Isso significa que, mesmo que ela se limite logicamente ao postulado do alimento, ela é considerada igualmente condição inextrincável ao ser.

A orientação clerical de Malthus (após sua graduação, ele foi ordenado como cura) não condena a paixão entre sexos, e sim o intercuro ocorrido *fora* da instituição marital: o ser humano responde tanto à natureza quanto ao seu Criador, cujo comando nas Escrituras fora “Crescei-vos e multiplicai-vos”. O que Malthus discute são “os efeitos, de fato, d[as] restrições ao casamento [que] são muito evidentes nos vícios que são produzidos em toda parte do mundo”, vícios que envolvem “continuamente os dois sexos em inextrincável infelicidade” (Malthus, 1966, p. 69-70). O alívio dessa paixão não figura mero adultério ou prostituição – indicado ao longo de todas as edições dos *Ensaio*s como “gratificação irregular” – mas indica, de forma mais alarmante, “atos altamente prejudiciais aos interesses gerais da sociedade” que demandam uma adesão convicta à “Razão [Reason], aquela faculdade que nos capacita a calcular consequências [como] apropriado corretivo e guia” e a mais confiável para “prevenir o abuso dos prazeres sensuais, ainda que de forma alguma as extinguirá” (Malthus, 1966, p. 215-216). Essa retórica é sintetizada discretamente numa nota de rodapé:

Os poderes de seleção, combinação e transmutação, que demonstram toda semente, são verdadeiramente milagrosos. Quem pode imaginar que essas maravilhosas faculdades estão contidas nesses pequeninos pedaços de matéria? A mim parece muito mais filosófico supor que o poderoso Deus de natureza está presente em plena energia nessas operações. Para esse Todo-Poderoso Ser, seria igualmente fácil fazer brotar um carvalho com ou sem uma bolota. O processo preparatório de colocar as sementes no solo é meramente ordenado para uso do homem, como um dos vários excitamentos necessários para despertar a matéria da mente [*matter into mind*]. É uma ideia que será encontrada, consistente tanto com os fenômenos naturais ao nosso redor quando com os vários eventos da vida humana, e com as sucessivas Revelações de Deus ao homem, supor que o mundo é um poderoso processo de criação e formação da mente. Muitos vasos serão necessariamente quebrados e atirados de lado com inúteis; enquanto aqueles vasos cujas formas são cheias de verdade, graça e beleza serão assoprados para lugares mais felizes, mais próximo da presença do poderoso criador. (Malthus, 1966, p. 246-247n).

A referência rasa aos “vasos quebrados e inúteis” pode sugerir sua associação com o conceito de eliminação. Mas essa leitura negligencia, como já dito, a heterodoxia religiosa de Malthus, que argumentava não apenas que “o temor do Senhor é dito muito justamente como o início da sabedoria; mas o fim da sabedoria é o amor do Senhor e a admiração pela bondade [*moral good*]”, mas também que ao se refletir “sobre as tentações que cada homem deve *necessariamente* estar exposto neste mundo ... É perfeitamente impossível conceber que quaisquer dessas criaturas das mãos de Deus possa ser condenada ao sofrimento eterno” (Ibid., p. 387-389). A persistência do Mal é aceita apenas como medida necessária ao cumprimento da plenitude divina – como mecanismo de estímulo, e não finalidade. “O trabalho [*labour*] necessário para

produzir subsistência” é o mesmo “processo necessário para despertar a inerte e caótica matéria em espírito” (Ibid., 149, 353). Por isso a referência aos vasos, na citação acima, não é fortuita. A transformação da matéria inerte em espírito segue um processo similar à modelagem do barro ou da argila, em que as vicissitudes mundanas seriam elas mesmas a justificativa para a infinita bondade e sabedoria da Deidade, a Mesma que mistura “novos ingredientes à vigorosa massa, adaptada ao estado particular do processo e calculada para dar origem a um novo e portentoso treino dos sentimentos [*impressions*], que tende a purificar, exaltar e melhorar [*improve*] a mente humana” (Ibid., p. 392)<sup>2</sup>. As adversidades colocam essa matéria inerte em movimento, mas não qualquer matéria tampouco qualquer movimento. O movimento segue um *desígnio* pelo qual humano e Criador são conectados pelo desenvolvimento de uma matéria em particular: a mente. O curioso é como Malthus limita a onipotência divina: a mente humana não é pura, ela *tem que ser* purificada, isto é, o trabalho de salvação exige *tempo* – não haveria propósito na salvação divina se a perfeição fosse instantânea.

Esse ângulo permite alterar o enfoque pessimista em favor de uma análise propositiva sobre a conduta humana, cujo princípio metodológico é a adoção de uma via média relativa (*relative just mean*) (PULLEN, 1982, p. 271), isto é, método que se caracteriza pela oposição a excessos ou extremos. Segundo Malthus, a “intemperança em todo prazer derrota seu próprio propósito”, porque “a superioridade dos prazeres intelectuais aos sensuais consiste, antes disso, em preencher mais tempo, em ter maior alcance e ser menos suscetível à saciedade” (MALTHUS, 1966, p. 212). Ou seja, tanto os prazeres carnavais quanto intelectuais se encontram no mesmo nível analítico; o que os distingue é sua “durabilidade”. Desnecessário lembrar que a orientação religiosa adotada pelo *Ensaio* torna inadmissível o recurso a métodos abortivos - fonte de vício insanável do ponto de vista cristão. Disso decorre que a única paixão admissível, o marital “amor virtuoso” (Ibid., p. 66), deve ser temperado não apenas como medida de limitação preventiva, mas como condição que permite o tempo apropriado ao desenvolvimento da mente. Na ausência da temperança e na inadmissão (religiosa) das “gratificações irregulares”, cabe à força punitiva da natureza, por meio do princípio da população, a ação reguladora do desenvolvimento mental. Os dois mecanismos ou obstáculos “naturais” (não-rationais) de limitação (*checks*) ao princípio da população são (Ibid., p. 294-297): (a) o indireto ou preventivo, cuja prática se resumiria basicamente ao retardo do casamento e, por consequência, o adiamento da idade reprodutiva fértil e os rebentos sob garantia de tutela familiar; (b) na ausência desse primeiro, surge o mecanismo

---

<sup>2</sup> A ocorrência do termo “*impressions*” em vários momentos do *Ensaio* não é acidental. O pai de Malthus era amigo de David Hume, de cuja autoria é o *Tratado da Natureza Humana*, que contempla entre seus objetivos principais a compreensão de como as impressões da mente formam os sentimentos humanos. Não há como discutir o tema em pormenores aqui, mas o próprio Hume utiliza as expressões “*impressions*” e “*feelings*” de forma indiscriminada em vários momentos do *Tratado*.

direto ou positivo, nada mais que a fome, “o último e mais pavoroso recurso da natureza” (Ibid., p. 139), que tanto aumenta as taxas de mortalidade quanto reduz a expectativa de vida.

Pode-se sugerir com justeza que a sustentação do argumento é frágil; afinal, o prognóstico do *Primeiro Ensaio* envolve a aceitação tácita de um dogma cristão específico sobre o casamento e o ato sexual. É muito difícil defender a validade de um argumento apresentado como empírico se uma de suas premissas não é empírica, mas dogmática. Há, como bem observa Donald Winch, um paradoxo funcional no texto, já que “os comprometimentos teológicos de Malthus o provêm com uma teleologia do melhoramento, que age como o equivalente religioso do perfectibilismo secular que o *Ensaio* se propõe a minar” (WINCH, 1987, p. 35). Mas se deixarmos de lado a validade do argumento como um todo em favor de sua hipótese de trabalho principal, podemos extrair o ponto que preocupa efetivamente Malthus e que será, ao que nos parece, o motivo para que o *Primeiro Ensaio* receba suas revisões substanciais subsequentes, a via média entre obstáculos naturais e desenvolvimento mental:

Eu não suporia de maneira alguma que a massa da humanidade alcançou o fim de seu melhoramento; mas o principal argumento deste ensaio tende a posicionar numa forte perspectiva a improbabilidade de que as pessoas de classes mais baixas, em qualquer país, são suficientemente livres da necessidade e do labor, de forma a atingir qualquer grau elevado de melhoria intelectual. (Malthus, 1966., 217-218)

Note-se a necessidade de uma leitura cautelosa dos *Ensaio*s. A referência a classes “mais baixas” conduz muitas discussões à uma conclusão simplificada sobre a predileção social e política de Malthus pelas classes “mais altas”. Todavia, o pretexto religioso impede que Malthus aceite apenas a salvação do rico ou apenas a danação do pobre; o Inferno, como vimos, não é para ele o desígnio divino, e o “reino dos céus” deve ser o destino reservado para todas as “ovelhas do rebanho”, indiscriminadamente. O obstáculo positivo não pesa mais sobre pobre porque esse é seu destino, mas porque o processo de desenvolvimento mental dessa classe é interrompido com mais celeridade pelo intercurso precoce e pela multiplicação de sua prole. Em outras palavras, tanto os obstáculos preventivos quanto positivos incidem sobre todas as camadas sociais, mas no caso da camada mais pobre, a presença da fome e da pestilência alcança o ser humano empobrecido mesmo antes que se defronte com o dilema do obstáculo preventivo, o adiamento do casamento.

Independentemente das inclinações pessoais de Malthus e de seu posterior envolvimento nas discussões sobre as “leis dos pobres” (*Poor Laws*), a questão é que o *Primeiro Ensaio* não é uma discussão de caráter político, mas empírica e teológica. Obstáculos tanto positivos quanto preventivos são medidas de supressão ao se atingir o extremo (lembramos da via média) da miséria e do vício. A finalidade dos obstáculos não é defender a “sobrevivência do mais apto” tampouco admoestar a pessoa pobre, mas sim um dispositivo retórico que propõe ser a eterna luta

cristã do Bem contra o Mal o advento preciso para que a Deidade incentive o ser humano “de argila” a se “modelar” e escapar ao sofrimento eterno. Miséria e vício são tanto causa quanto consequência do Mal, mas, ao mesmo tempo, causa para o empenho no Bem. O subtítulo do *Primeiro Ensaio* sugere a investigação da forma como o princípio da população “afeta a melhoria futura da sociedade”, ao mesmo tempo que condena a discussão do progresso em termos das instituições políticas e sociais, “simples penas que flutuam na superfície, em comparação àquelas causas de impureza mais profundas” (MALTHUS, 1966, p. 177). Malthus discute uma ideia de progresso particular, aquele obtido pelo contraste entre punição e recompensa moral: “a maldade [*moral evil*] é absolutamente necessária à produção da excelência moral”, e mesmo “um amor ardente e uma admiração pela virtude parecem implicar a existência de algo oposto” (Malthus, 1966, p. 375-376). O Bem vem à existência como resposta à presença e persistência do Mal, não por simples antagonismo, mas porque “a perfeição uniforme e padronizada não poderia deter os mesmos poderes de despertar” o desenvolvimento da mente”; apenas a “infinita variedade da natureza (e variedade não pode existir sem partes inferiores, ou defeitos aparentes) é admiravelmente adaptada aos propósitos mais elevados da criação, e para produzir a máxima quantidade possível de bem” (Ibid., p. 378-379).

Com isso o *Primeiro Ensaio* inicia uma longa e errática trajetória pela qual Malthus buscará os “meios pelos quais Deus intende assegurar a felicidade da massa da sociedade nesta terra, e alcançar o desenvolvimento progressivo da mente e da condição material humanas” (WINCH, 1987, p. 35). A miséria, conjunto de “sofrimentos e angústias da vida ... necessários, através de um peculiar treino de sentimentos [*impressions*], para suavizar e humanizar o coração, para despertar a simpatia social, para gerar todas as virtudes cristãs e para garantir a extensão de um amplo esforço de benevolência” (Malthus, 1966, p. 372), é um tema presente em todo o ensaio e não pode ser compreendida como mero sinônimo de pobreza, mas como *espora moral*, como o alerta intransigente contra a satisfação de prazeres mundanos instantâneos em detrimento da busca pela Salvação.

Note-se a divergência diametral de uma leitura do “princípio malthusiano” como mero contraponto entre o crescimento populacional exponencial e o crescimento aritmética da oferta de alimentos. A admissão do desenvolvimento da mente à equação não permite postular esse contraponto como condição apriorística, mas *subordinada* à conclusão lógica sobre o destemperamento da razão. Dessa forma, a análise conclusiva sobre o *Primeiro Ensaio* não deve ser reduzida à convergência entre escassez e competição individual, mas compreendida como diretriz para a compreensão das “dificuldades experimentadas pela raça *como um todo* em face da oferta limitada de alimento”. (Bowler, 1976, p. 638, grifos nossos). O aspecto crucial e surpreendentemente negligenciado sobre os *Ensaio sobre a população* de Malthus é a conexão

que se estabelece entre mente individual e Salvação da espécie humana como um todo. Malthus deixa explícito que um dos objetivos principais do *Primeiro Ensaio* é investigar a estreita relação que se estabelece entre as “leis da justa teoria”, ou a “constância das leis da natureza”, e a “fundação de todo o conhecimento humano” e a “fundação da faculdade da razão” (MALTHUS, 1966, p. 159, 362). Mesmo que os obstáculos impostos pela natureza sejam intransigentes, uma mente depurada pode ao menos mitigar a dor da espora moral. A intrincada admoestação do *Ensaio*, um misto confuso de religiosidade e empiria, não elimina a relação iluminista latente entre Razão e progresso e, analogamente, a transição do barbarismo à civilização. Por isso é fundamental que avancemos para as edições subsequentes, em que o recurso à razão é promovido à posição protagonista.

### **Mente, razão e progresso.**

Após revisão substancial, Malthus publica a segunda edição de seus *Ensaio*s em 1803, desta vez de forma reputada com uma alteração de título: “Um ensaio sobre a população, ou uma visão de seus efeitos passados e futuros sobre a Felicidade Humana, com uma investigação sobre nossos prospectos a respeito da remoção ou mitigação futura dos males [*Evi*ls] que ele ocasiona” (daqui em diante, apenas *Segundo Ensaio*). Longo e sugestivo título, pois se no *Primeiro Ensaio* o título indicava uma postura essencialmente crítica e negativa - questionar a ideia de melhoria contínua de Godwin e Condorcet -, no *Segundo* Malthus se coloca em posição mais assertiva, ou melhor, investigativa e especulativa. O artigo que conclui o *Segundo Ensaio*, “nossas expectativas *racionais* a respeito da melhoria futura da sociedade”, deixa essa reformulação retórica evidente:

No todo, portanto, apesar de nossos futuros prospectos a respeito da mitigação dos males decorrentes do princípio da população não serem tão esplendorosos como desejamos, eles estão longe de serem totalmente desalentadores, e de maneira alguma precluem da gradual e progressiva melhoria na sociedade humana (...). Pelas leis da propriedade e do casamento, e pelo princípio aparentemente estreito do amor-próprio [*self-love*], que induz cada indivíduo a se esforçar em melhorar sua condição, nós somos todos devedores dos mais nobres esforços do gênio humano, por tudo que distingue o civilizado do estado selvagem. (...) A estrutura da sociedade, em suas características gerais, permanecerá sempre imutável. Nós temos toda razão para crer que consistirá sempre de uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; mas a condição de cada uma, e a *proporção* que estabelecem entre si, podem ser alteradas tão grandemente de forma a melhorar a harmonia e beleza do todo. (MALTHUS, 1989, 1, p. 202-203, nosso itálico).

Há dois movimentos perceptíveis nesse parágrafo, muito bem captados por John Pullen: uma tenaz doutrina das proporções (Pullen, 1982) e o desejo em melhorar (Pullen, 2019b). O cruzamento de ambos implica que melhorar não se resume a qualquer processo expansivo e aleatório, mas, pelo contrário, a *determinado* processo guiado e antevisto e, portanto, qualitativo. Ao admitir essas condições, Malthus abdica de uma cláusula muito cara a qualquer formação newtoniana – como fora seu caso –, a reversibilidade. Mesmo que a irreversibilidade do progresso



humano se ofereça como limitação retórica, é precisamente esse artifício que permitirá a Malthus transitar entre a fundamentação teológica e social.

O *Primeiro Ensaio* é concluído com dois longos capítulos que versam sobre as visões teológicas de Malthus e a ideia de espora moral, e que são completamente omitidos no *Segundo Ensaio* e todas as suas edições subsequentes. Com isso ele se reporta às investidas da *Church of England* contra sua deliberada heterodoxia (Pullen, 1987, p. 234-235). Mas não é apenas a tinta teológica que Malthus reconheceu como excessivamente carregada. O argumento obsessivo sobre a dureza dos obstáculos impostos pelo princípio da população dá espaço, no *Segundo Ensaio*, para a teoria da mente que fora apenas esboçada no *Primeiro Ensaio*. Mesmo que o princípio da população continue a oferecer obstáculos intransigentes, o argumento se esforça nem tanto mais em apontar a extensão dos limites impostos por esses obstáculos, e sim como eles oferecem um guia para de conduta humana prudente.

É inserido no *Segundo Ensaio* um conceito novo e central, a abstinência virtuosa<sup>3</sup> (*moral restraint*). A abstinência fora, no *Primeiro Ensaio*, vagamente sugerida como “prudência” (*prudence*) decorrente, e não causa, de um comportamento moderado. Essa causação assume outra funcionalidade no *Segundo Ensaio*, mais precisamente, uma causação recíproca (Pullen, 2016, p. 363), pois o conceito de abstinência virtuosa não apenas previne a pressão por alimento, mas *igualmente* oferece um diretivo racional. Isso ocorre notadamente quando Malthus faz a curiosa distinção do impacto exclusivo dos obstáculos preventivos como prerrogativa humana, diferente das “plantas e animais”, diferenciando por consequência miséria de vício:

Dos obstáculos positivos, aqueles que parecem resultar inevitavelmente das leis da natureza podem ser chamados exclusivamente miséria; e aqueles que obviamente trazemos sobre nós próprios, como guerras, excessos, e muitos outros que teríamos o poder de evitar, são de natureza mista. Eles são provocados sobre nós pelo vício, e sua *consequência* é a miséria. (MALTHUS, 1989, I, p.19, nosso itálico).

Aqui é dado o passo crucial entre mitigação do mal e uma incisiva proposta de melhoramento. Essa questão é importante para expandir o arco explicativo da abstinência virtuosa, apresentada, a princípio, apenas como “a abstinência do casamento que não é acompanhada de gratificações irregulares” (Malthus, 1989, I, p. 18). Nesse ponto, Malthus faz um apontamento muito importante sobre a questão da perspectiva, pois se por um lado essas “conexões irregulares com mulheres” podem proporcionar “felicidade para ambas as partes e não prejudic[ar] ninguém”, isto é, se essas “ações individuais não podem assim ser enquadradas como miséria”, por outro lado o seu efeito não pode ser outro que “uma tendência geral de que o intercuro ilícito entre os sexos prejudique a felicidade da sociedade” (Malthus, 1989, I, p. 19n6). Ora, as dimensões ficam aí muito claras: é o comportamento vicioso *individual* que induz à

<sup>3</sup> Adotamos aqui a precisa tradução de COUTINHO (1993).

miséria *coletiva*. Quem está sujeito à objeção nesse raciocínio não é a lei tabular de Moisés – “não cometerás adultério” -, preceito que Malthus considera evidente para qualquer cristão; quem recebe objeção é a definição indiferenciada de miséria, que não considera o impacto da intemperança individual.

Assim é que o obstáculo positivo é reconduzido no *Segundo Ensaio* não apenas como condição inflexível, mas como uma cláusula de ação-reação que urge pela “modelagem” da argila: talvez a humanidade não tenha ainda alcançado conhecimento o bastante para mensurar as consequências da imprudência. Para almejar esse patamar, é a razão a válvula de nivelamento entre o obstáculo positivo, irreduzível em essência, e o obstáculo preventivo, que ao positivo se contrapõe como mitigador e dispositivo que garante o espaço necessário ao exercício da razão. Não fora mera verborragia Malthus escrever impressionantes vinte e cinco capítulos descrevendo como os obstáculos afetavam diferentes sociedades, começando pelo “mais baixo estágio da sociedade humana” até os “Estados da Moderna Europa” (Malthus, 1989, I, p. 25-305). O sentido analítico desses capítulos é apontar não a opulência como *causa* da complexidade social, mas um desenvolvimento progressivo da compreensão humana que permitiu essa estruturação “avançada”. A despeito de qualquer eurocentrismo, o ponto é que o improvimento da mente é o condutor de estágios mais avançados de organização social em relação à obra de melhoria proposta pela infinita sabedoria Divina.

Essa relação é extensiva discutida no importante capítulo “dos nossos prospectos futuros a respeito da remoção ou mitigação dos males provenientes do princípio da população”. Segundo Malthus, é pela “estrita atenção” do obstáculo preventivo que as virtudes da paixão entre os sexos podem ser “abstratamente consideradas boas”, graças à “regulação em nossa conduta” (Malthus, 1989, II, p. 93). Há um compromisso implícito entre razão e salvação: “nossa virtude, portanto, como seres razoáveis, evidentemente consiste em induzir do material geral que o Criador colocou sob nosso guia a maior soma de felicidade humana” (Malthus, 1989, II, p. 93) e por isso “torna-se nossa tarefa positiva como criaturas razoáveis, em vista da execução dos comandos de nosso Criador, inquirir sobre as leis que ele estabeleceu para a multiplicação das espécies” (Malthus, 1989, I, p. 205). O *Segundo Ensaio* introduz com esse compromisso uma hierarquia no sistema elementar de punição-e-recompensa, ao estabelecer não a espora moral como dispositivo indutor da Salvação, mas o uso da faculdade humana da razão. Mesmo que a paixão entre os sexos seja mundana como sempre foi e sempre haverá de ser, suas repercussões são agora avaliadas não em termos da (inescapável) pressão populacional, mas decisivamente em face de suas consequências sobre o longo processo de desenvolvimento da mente. Nos dois casos, há presença da física aristotélica no pensamento malthusiano: a ideia de *potência* estabelece relação teleológica com a Salvação nos dois ensaios, mas o *movimento* deixa de ser binário – observar ou morrer – em favor

da conduta virtuosa, tão variada quanto o depuramento da mente e o exercício da razão permitirem. A onipresença divina, já sujeita a limitação temporal no *Primeiro Ensaio*, é sobre-restringida no *Segundo Ensaio* ao compartilhar com a felicidade humana um papel funcional no movimento de Salvação.

É traçada afinal a linha tênue, mas crucial, entre determinação e realização: se o princípio da população fosse determinante, Malthus teria de admitir o extremo da Danação Divina em oposição à razão humana. Por isso, a retórica é rearticulada para salientar a necessidade do estímulo como “via média”, direção “pela qual uma solução poderia ser encontrada” (PULLEN, 1982, p. 283) pelo advento da *experiência*: herdeiro da tradição empirista, Malthus compartilha da proposta que conhecer é experimentar. Não é de admirar sua sugestão de usar a “educação paroquial” para inculcar “os mais simples princípios da economia política” nas massas pauperizadas, como princípios mesmos de responsabilidade pessoal e sustento da prole (Malthus, 1989, II, p. 151-155). É sobre esse aspecto que insistiu Donald Winch ao enquadrar as mudanças conceituais promovidas por Malthus como aburguesamento (*embourgeoisement*), ideia segundo a qual “padrões de vida depend[er]iam tanto das conveniências e confortos disponíveis às classes mais baixas quanto o alimento mais barato”, isto é, uma mudança qualitativa na natureza dos obstáculos que transfere o mero problema alimentar para uma consideração mais ampla sobre “estímulos poderosos tanto à diligência quanto à prudência, e portanto ajuda[riam] a criar, junto à educação e à liberdade civil e política, as condições para o aburguesamento” (WINCH, 1987, p. 65).

É por esse caminho que Malthus faz a curiosa conexão entre abstinência virtuosa e política. Ele assume que, “universalmente, a prática da humanidade quanto ao casamento tem sido muito superior às teorias ... [e] cada indivíduo descobre necessário, na prática, os meios para suportar uma família antes dele se aventurar a dar tão importante passo” (Malthus, 1989, I, p. 212n16). Essa cláusula apoia, por sua vez, a premissa de que “o desejo de melhorar nossa condição e o receio de torná-la pior, assim como a *vis medicatrix naturae* na física, é a *vis medicatrix republicae* na política, e contorna continuamente as desordens derivadas da estreiteza das instituições humanas” (Malthus, II, p. 363). Essa analogia entre “medicamento” natural e republicano, como muito bem observa John Pullen, é que permite a Malthus fazer a conexão que modifica crucialmente o caráter do *Primeiro Ensaio*, a saber: “o mero desejo ou motivação para alcançar melhores condições não alcançarão melhores condições por si só”, pois uma “condição final deve estar acompanhada de causas materiais apropriadas” (PULLEN, 2019b, p. 747).

Assim podemos compreender o longo esforço do *Segundo Ensaio* em comparar nações ou regiões segundo estágios de desenvolvimento. Um exemplo notável ocorre durante a investigação

dos “obstáculos entre os antigos habitantes do Norte da Europa”, quando Malthus infere que “a esperança prevalecente de melhorar sua condição ao mudar de local ... adicionada ao natural descuido do caráter bárbaro, conspirariam todos para um crescimento da população que haveria de ser reprimido posteriormente pela fome e pela guerra” (MALTHUS, 1989, 1, p. 62). Se a ideia de punição e recompensa continua presente nessa inferência, abre-se, contudo, espaço para uma mudança na sua forma. Considerando o advento da experiência, ninguém é capaz de saber de antemão o que é “melhor” se não atravessar o processo de depuração mental, que permite comparar a “duração” dos prazeres mentais *vis-a-vis* os prazeres carnis. É precisamente esse processo comparativo – a “doutrina das proporções”, como dito acima – que provê um processo de descoberta do melhor, um encorajamento ao desenvolvimento contínuo da mente cujo limite, ainda que teoricamente existente, é desconhecido, ou mais precisamente, conhecido apenas pela absoluta antevisão Divina. É nesse ponto que se situa a modificação conceitual derradeira do *Segundo Ensaio*: é o processo de busca pelo conhecimento que desenvolve a prudência, mais do que qualquer força punitiva. Isso permite a Malthus transitar de uma aposta na fé estática fundada na recompensa celestial, para uma convicção sobre o papel da razão mundana e dinâmica para prover o melhoramento social, do “barbarismo à civilização”.

A consequência dessa alteração se refletirá imediatamente no campo especulativo político-social, ao longo do interessante capítulo dedicado aos “efeitos do conhecimento das principais causas da pobreza sobre a Liberdade Civil”. O capítulo começa por acusar qualquer ideia que atribua “a maior parte dos sofrimentos das classes mais baixas da sociedade exclusivamente a elas próprias” como “desfavorável à causa da liberdade [*liberty*]” (Malthus, 1989, II, p. 122). Nesse capítulo, muito diferente do que ocorrera no *Ensaio* anterior, Malthus se empenha em recusar que a causa da pobreza seja unidimensional, seja como resultado exclusivo das leis da natureza, da imprudência da pessoa pobre ou mesmo da discricionariedade governamental: a pobreza é, ao contrário, o elo que conecta a agitação popular à violência pública e, por consequência, favorece o despotismo<sup>4</sup>. Ao assumir a pobreza como problema a ser tratado *in loco*, e não da perspectiva dos governantes, Malthus reformula o dilema da salvação divina em termos do mais imediato e secular dilema britânico sobre os limites do cerceamento à liberdade civil, reassegurando o papel central do desenvolvimento mental.

A acusação é nominalmente dirigida aos “senhores do campo” (*country gentlemen*) por sua “usurpação do poder” e por se renderem “ao governo sob a condição de serem protegidos da plebe”, porque se convenceram “muito facilmente” que as “circunstâncias lhes exigir[iam]

<sup>4</sup> O capítulo consta desde a edição de 1803, mas em 1817 recebe um adendo (“continuação do mesmo assunto”) em face do *Habeas corpus suspension Act*, também de 1817. Malthus se utiliza do evento para reafirmar como “visões errôneas” sobre a principal causa da pobreza levam a “resultados desfavoráveis à liberdade” (Ibid., 2, p. 133 e 133n1).

abdicar de alguns dos mais valiosos privilégios do cidadão inglês (*Englishmen*); se a “*vox populi* fosse autorizada a falar, pareceria a voz do erro e do absurdo ao invés da *vox Dei*”. (Ibid., 2, p. 124-125). Em outras palavras, antes que Deus faça o convite ao Seu reino, é necessário que as pessoas sejam convidadas ao Reino Unido: “o grau do poder a ser dado ao governo civil, e a medida de nossa submissão ele, deve ser determinado pela conveniência geral ... e o grau de ignorância e ilusão prevalecente entre as pessoas comuns.” (Ibid., 2, p. 125-126). Portanto, a modelagem da argila não cabe tão somente às mãos do Criador, mas antes às mãos dos “senhores” que devem se envolver e conduzir a política nacional com ouvidos atentos à *vox populi*. Afinal, como incita o título do capítulo, o centro da discussão é o conhecimento, mais especificamente, conhecer as conexões entre as causas da pobreza e dos assaltos à liberdade civil. O tom admoestador do *Primeiro Ensaio* é substituído por um discurso típico do “reformador moderado, ansioso em mediar a tirania executiva e o radicalismo popular, na tentativa de preservar o espaço que permitiria uma reforma gradual ser conquistada” (WINCH, 1987, p. 50). Isso tampouco significa que Malthus adotou uma postura igualitária – isso infringiria sua cláusula pétrea de “espora à diligência” (*spur to industry*). (MALTHUS, 1989, 1, p. 308). Essa parece ser sua motivação para escrever um dos parágrafos mais controversos da primeira edição (1803) do *Segundo Ensaio*, que merece transcrição:

Um homem que nasce num mundo já empossado, se não pode ter sua subsistência garantida por seus pais, sobre quem ele possui uma justa demanda, e se a sociedade não quer seu trabalho, ele não tem qualquer pretensão de direito a menor porção de comida, e, na realidade, não tem qualquer razão para estar onde está. No ostentoso banquete da natureza, não há espaço vago para ele. A natureza pedirá que saia, e rapidamente executará suas próprias ordens, se ele não trabalhar em favor da compaixão dos outros convidados. Se os convidados se levantarem e derem espaço para ele, outros intrusos imediatamente aparecerão requisitando o mesmo favor. ... A ordem e a harmonia do banquete são perturbadas, a fartura que antes reinava torna-se escassez; e a felicidade dos convidados é destruída pelo espetáculo da miséria e dependência em toda parte do salão” (Ibid., 2, p. 127-128)

Muitas das expressões ásperas adotadas no *Primeiro Ensaio* aparecem nesse trecho (miséria, dependência, ordem, até mesmo a referência ao Grande Banquete Divino). Muitos são levados a reforçar a ideia de “malthusianismo” como sinônimo de seleção precisamente em função dessa passagem, que conduzia diretamente ao capítulo seguinte do livro, o “plano para abolição gradual das *Poor Laws*”. Deve-se notar, contudo, um detalhe de suma importância: a passagem acima foi inteira e definitivamente *omitida* da segunda edição do *Segundo Ensaio* (1806) em diante. A omissão da passagem não adulterou o ordenamento de capítulos – cuja sequência sugeria desde 1803 uma relação íntima entre pobreza, liberdade civil e as *Poor Laws*. O ponto a ser destacado é o reconhecimento do perigo iminente que a pobreza, entendida como causa de sofrimento *espiritual*, se convertesse em combustível para a dissolução da ordem constituída.

No já mencionado capítulo adicionado em 1817, Malthus considera “perdoável” o descontentamento popular generalizado, considerando que “um considerável número de trabalhadores, que estão tanto disponíveis quanto dispostos a trabalhar, estão completamente excluídos de emprego, e conseqüentemente incapazes de comandar as necessidades da vida” e sujeitos aos “mais aflitivos eventos que podem ocorrer na vida civilizada”. Por esse motivo, ele conclui, “todo esforço deve ser feito pelas classes mais altas para mitigar [o descontentamento]” (Malthus, 1989, II, p. 133). Observe que o problema da prudência e do sustento próprio e da prole continua presente, mas a ele se acrescenta um questionamento prévio: se o populacho só for “esporado” sem instrumentos adequados, essa indução não se converterá em diligência, mas em mero sofrimento – porta de entrada ao radicalismo. A rejeição plana de qualquer medida assistencialista à “modelagem da argila” é preterida em favor de um problema mais complexo, a saber, como permitir desatar mãos atadas dispostas, mas impedidas por motivos alheios, a essa modelagem.

Podemos com isso, finalmente, entender a qual a mitigação incluída no subtítulo do *Segundo Ensaio*. As leis da natureza e sua relação com a sabedoria do Criador continuam como sempre foram, constantes: “nós somos proibidos tanto pela razão quanto pela religião em esperar que [as leis uniformes da natureza] serão modificadas a fim de nos possibilitar executar mais prontamente qualquer preceito” (Malthus, 19189, I, p. 205). Conseqüentemente, seu papel no processo de espora moral é o mesmo de sempre. Resta como única mitigação possível, por tudo que discutimos até aqui, a ação humana racional e melhor orientada de acordo com o desenvolvimento da mente, cuja consequência – e não causa – é o melhoramento social. Thomas Sowell resume essa longa jornada com precisão: o *Segundo Ensaio* “nunca perdeu seu caráter essencial como resposta ao radicalismo”; contudo, é menos dedicado a “resolver o problema social da pobreza do que direcionado a resolver o problema moral-político de atribuir a culpa pela pobreza” (SOWEL, 1962, p. 272). Malthus é taxativo ao afirmar que “é o medo da necessidade, mais do que a necessidade em si, o melhor estímulo à diligência” (MALTHUS, 1989, 1, p. 439). As discussões que ele eventualmente entrará sobre economia política e distribuição da riqueza devem ser ancoradas na sua preocupação primordial com a Salvação e com o desenvolvimento da mente. A dualidade pobreza-riqueza é muita dentre várias necessárias à constituição de uma “arena justa”, na qual “as partes superiores e inferiores são ... surpreendentemente benéficas” (Ibid., 2, p. 194). Ambas são benéficas precisamente por serem extremos possíveis, mas não desejáveis. São as fronteiras que elas traçam ao desenvolvimento da mente e ao desejo de ser melhor que “traduzem” os comandos para a construção das “moradas do Pai” no mundo terreno.

**Conclusão: mal-entendidos, entre a interpretação e o texto.**

Esperamos que tenha ficado claro que o intento deste trabalho não é esquivar Malthus de qualquer investida política. Quisemos demonstrar que, a despeito de inclinações pessoais, uma ideia por si só não é capaz de produzir cenários políticos, mas o *uso* da ideia, particularmente os mal-entendidos em torno delas, esses sim poderão e provavelmente engajarão furiosa oposição. Em suma:

O padrão lógico de mal-entendido subjacente neste caso consiste na tendência romântica a entender as descrições e explicações de Malthus no *Ensaio* como se fossem tentativas não de revelar a natureza e as causas de certos eventos, mas de legitimar e perpetuar – ou mesmo recomendar – um determinado estado de coisas. Mas ver fatalismo em sua teoria da população era *interpretação*, e *não texto*. (Fonseca, 2003, p. 206, nossos itálicos).

Para incitar essa discussão, argumentamos que o criticismo incisivo do *Primeiro Ensaio* não deveria obliterar suas preocupações elementares, as mesmas que foram exaustivamente desenvolvidas e readequadas ao longo das sucessivas edições do *Segundo Ensaio*. Entendemos que, para nos ater ao jargão religioso de Malthus, suas palavras nunca foram dirigidas ao Pastor, mas às ovelhas. A infinita bondade do Criador nunca foi motivo de objeção, tanto quanto nunca foi defendida a “eliminação do mais fraco”. A questão precisa foi (e continua a ser) como garantir que os condicionantes materiais provenham condições mais virtuosas de sociabilidade, e não espirais de vício e desespero. Se este artigo atingiu sua pretensão mínima, uma releitura prudente dos *Ensaio*s de Malthus proporcionará uma visão do autor muito além de mero predecessor da “demanda efetiva” ou baluarte da “ciência lúgubre” da economia, mas de alguém que, independentemente de posições políticas, ocupou posição *sui generis* na constituição da ciência moderna ao apontar as distensões entre prosperidade material, participação social e desenvolvimento espiritual.

**Referências**

- Bowler, B. J. 1976. “Malthus, Darwin, and the concept of struggle”. *Journal of the History of Ideas*, 37: 631–50.
- Coutinho, Maurício C. (1993). *Lições de economia política clássica*. São Paulo: Hucitec.
- Darwin, Charles. 1993. *The autobiography of Charles Darwin, 1809-1882: with original emissions restored*. New York: Norton.
- Fonseca, Eduardo G. 2003. *O mercado das crenças: filosofia econômica e mudança social*. São Paulo: Companhia das Letras.

Keynes, J. (1978). "Thomas Robert Malthus". In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. 10. London: Royal Economic Society.

MacRae, Donald G. "Thomas Malthus". 2023. *Encyclopedia Britannica* (online ed.). <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Malthus>. Acessado em 5 setembro 2023.

Malthus, Thomas R. 1966 [1798]. *Essay on the Principle of Population*. London: Macmillan (reprint).

Malthus, Thomas R. 1989. *An Essay on the Principles of Population*. (edição variorum em 2 volumes). Cambridge: Cambridge University Press.

Pullen, John. 1982. "Malthus on the Doctrine of Proportions and the Concept of the Optimum". *Australian Economic Papers* (December): 270–85.

Pullen, John. 1987. "Malthus, Jesus and Darwin". *Religious Studies*, 23 (2): 233-246

Pullen, John. 2016. "Malthus on Causality". *European Journal of the History of Economic Thought*, 23 (3): 349–77.

Pullen, John. 2019a. "Malthus on social classes: higher, lower and middle". *Cambridge Journal of Economics*, 43 (5): 1417–1435.

Pullen, John. 2019b. "Malthus on the desire of bettering our condition and the *Vis Medicatrix Reipublicae*". *History of Political Economy*, 51 (4): 731-751.

Sowell, Thomas. 1962. "Malthus and the Utilitarians". *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, 28 (2): 268-274.



